

ÍNDICE GERAL

Lista de abreviaturas	13
Advertências e regras de citação	17
Introdução.....	19

PARTE I – SENTIDO E LIMITES REGULATIVOS DA IMPOSSIBILIDADE DA PRESTAÇÃO

Capítulo I

Convergências e assimetrias da arquitetura legal 51

1. Impossibilidade originária.....	51
1.1. Visão geral do sistema do Código Civil.....	51
1.1.1. Critério e divisão entre originário e superveniente	51
1.1.2. Consequências da nulidade, no plano primário e no plano secundário	59
1.2. «Acidentes» históricos: das origens romanas à construção de Mommsen.....	73
1.3. O modelo da impossibilidade originária da prestação do BGB de 1900, a sua crítica e o seu lastro no direito civil europeu	92
1.4. Limites ao sentido da regra da nulidade do negócio fundada em impossibilidade originária da prestação no sistema do Código Civil	112
1.4.1. Restrições <i>secundum legem</i> , textuais, sistemáticas e históricas.....	112
1.4.2. Restrições adicionais?.....	144
1.4.2.1. Perspetivas	144
1.4.2.2. Posição adotada	149
1.5. Limites às consequências da regra da nulidade: a indemnização	152
1.5.1. Perspetivas	152
1.5.2. Posição adotada	156
1.6. O novo paradigma do BGB enquanto modelo alternativo ao sistema do Código Civil	165
1.6.1. Visão geral	165
1.6.2. Complexidades dogmáticas: da promessa à garantia	177
2. Impossibilidade superveniente.....	213

2.1. A impossibilidade absoluta, total e definitiva como causa de bloqueio da pretensão primária de cumprimento natural da prestação	213
2.2. A impossibilidade parcial como causa condicionada de bloqueio parcial da pretensão primária de cumprimento natural da prestação	288
2.3. A impossibilidade subjetiva como causa limitada de bloqueio da pretensão primária de cumprimento natural da prestação	306

Capítulo II

Tensões em torno do conteúdo e dos limites do conceito de prestação 329

1. Em torno da vertente da prestação enquanto resultado	329
1.1. O conceito de prestação enquanto resultado e a inclusão dos casos de desaparecimento do substrato da prestação e de consecução do fim por via diversa do cumprimento no quadrante da impossibilidade	329
1.2. Perturbações do fim e alteração das circunstâncias	348
1.2.1. Coordenadas gerais	348
1.2.2. Das perturbações da base do negócio à frustração do contrato	366
1.2.3. Redução dogmática da alteração das circunstâncias no sistema do Código Civil	403
2. Em torno da vertente da prestação enquanto conduta limitada a certos meios	438
2.1. A «impossibilidade prática»	438
2.1.1. Recorte problemático	438
2.1.2. Sistema alemão anterior à <i>Schuldrechtsmodernisierung</i>	440
2.1.3. O novo §275/2 BGB	460
2.1.4. Outras coordenadas – breve referência	513
2.1.5. A «impossibilidade prática» e o quadrante dogmático da impossibilidade da prestação no sistema do Código Civil	523
2.2. A «impossibilidade pessoal»	555
2.2.1. Enquadramento geral	555
2.2.2. A «impossibilidade pessoal» e o quadrante dogmático da impossibilidade da prestação no sistema do Código Civil	565

PARTE II – SENTIDO E LIMITES DA IMPUTAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE AO CREDOR

Capítulo I

Quadro geral de relevância da imputação (excluindo a imputação ao credor)577

1. A estrutura tripartida do Código baseada na imputação	577
2. Impossibilidade não imputável ao devedor, nem ao credor	579
2.1. A atribuição do risco fortuito ao devedor: fundamento	579
2.2. Aspectos de regime jurídico	587
2.2.1. Impossibilidade total	587
2.2.1.1. Exclusão da contraprestação (com ou sem <i>commodum representationis</i>)	587

2.2.1.2. Restituição da contraprestação	594
2.2.2. Impossibilidade parcial	600
2.2.3. Contratos reais de alienação	604
3. Impossibilidade imputável ao devedor	611
3.1. Critérios de imputação ao devedor	611
3.1.1. A culpa e a diligência do bom pai de família	611
3.1.2. Novas tensões em torno do princípio da culpa?	622
3.1.3. Aspetos de regime jurídico	638
 Capítulo II	
Impossibilidade imputável ao credor	651
1. Coordenadas gerais	651
1.1. Recorte problemático	651
1.2. Coordenadas teóricas	654
1.2.1. Quanto à imputação ao credor.....	654
1.2.1.1. No direito italiano.....	654
1.2.1.2. No direito alemão.....	659
1.2.1.3. Análise económica do direito	691
1.2.2. Quanto ao sentido da mora do credor.....	694
1.2.3. Quanto aos deveres do credor	720
2. A imputação ao credor no sistema do Código Civil.....	733
2.1. Enquadramento dogmático	733
2.1.1. Teorias da imputação subjetiva	733
2.1.1.1. Vertentes estritas	733
2.1.1.2. Vertentes amplas	735
2.1.2. Teorias da imputação objetiva	746
2.1.3. Posição adotada	758
2.2. A regra do desconto do benefício.....	764
 Capítulo III	
Impossibilidade imputável a ambas as partes	769
1. Coordenadas problemáticas.....	769
2. Coordenadas teóricas.....	770
3. Posição adotada.....	785
 Conclusões.....	789
 Bibliografia.....	799
 Índice jurisprudencial.....	871
 Índice geral	883